

FAZENDA MODELO: A PROPÓSITO DA MEMÓRIA E DA HISTORICIDADE

Lucília Maria Sousa Romão
(FFCLRP/USP)

RESUMO

O presente trabalho pretende lançar luz à discussão sobre a memória, a ideologia e a historicidade, que produzem deslizamentos e rupturas de sentidos dominantes, também instalam um funcionamento discursivo sempre outro, ao sabor das condições de produção. Apoiada no referencial da Análise do Discurso de matriz francesa, tenho por interesse observar de que modo a nomeação “*Fazenda Modelo*” foi ressignificada em duas obras, a saber, a novela pecuária de Chico Buarque de Holanda, publicada em 1974 com o nome de Fazenda Modelo, e o cartum de Angeli, publicado no jornal Folha de S.Paulo em 24/11/2004 com o mesmo título. Postulando a não transparência e não neutralidade dos atos de linguagem, esboço um gesto de leitura e interpretação, que põe em movimento o jogo político do poder, do saber e do dizer.

PALAVRAS-CHAVE: memória, ideologia, historicidade, discurso, condições de produção.

“*Repetir, repetir – até ficar diferente*”, o verso de Manoel de Barros, retirado do Livro das Ignorâncias III, ilustra o jogo entre a memória e sua atualização, entre os processos de paráfrase e polissemia, em que sentidos já dados e cristalizados pela força da repetição são brocados e fissurados pela emergência de novos e outros efeitos até então não manifestos. O presente trabalho será norteado por um gesto de leitura e interpretação do discurso instalado pela nomeação Fazenda Modelo em uma obra literária e um cartum, que levará em conta a memória e a ideologia, produzindo deslizamentos e rupturas de sentidos dominantes e instalando um funcionamento discursivo sempre outro, ao sabor das condições de produção e da historicidade; isso nos

remete à reflexão dos atos de linguagem definidos por contextos sócio-históricos, ou seja, por práticas de disputas dadas no âmbito social. É certo que, sob todo dizer, existe uma superfície de dizeres já autorizados e fixados, que podem a qualquer novo ato de linguagem se rearranjar, desestabilizar o já-lá e fazer circular ditos que antes não podiam aparecer. Falar da historicidade possibilita observar tais movimentos dos sujeitos e dos sentidos afetados por relações sociais e suas contradições. Sobre isso, Pêcheux (1990, p.54) nos lembra que

há o outro na sociedade e na história (...) isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em rede de significantes.

Tomar o discurso como “*efeitos de sentido entre interlocutores*” (PÊCHEUX, 1969, p.82) conduz a um outro paradigma que não aquele dado pelas teorias da comunicação, que postulam uma mensagem com conteúdo definido a priori a ser decodificado da mesma forma por todos, como se os saberes e os poderes fossem distribuídos homogeneamente. Também desautoriza a concepção de que os sentidos são engessados por apenas uma possibilidade de leitura e anota que existe, sim, um sentido dominante (ORLANDI, 1996) que se sobrepõe aos outros, que nem por isso deixam de existir, mas ficam silenciados, apagados ou inscritos em formulações de resistência, tidas como marginais, visto que circulam fora do eixo legitimado pelo poder. Tais questões abrem espaço para se pensar o sentido como efeito(s), posto que ele não é controlável nem pré-fixado pela mensagem em si, mas depende de condições sócio-históricas específicas, que o empurram a funcionar de uma forma ou de outra. Assim, se é verdade que os sentidos são históricos, derivados de formações sociais e condições materiais de produção, também é possível assegurar que o sujeito do discurso é uma posição em relação ao poder, uma dentre várias possíveis. Posição esta que, norteadora dos efeitos que o sujeito lê e escreve em seu dizer, deriva de um processo de interpelação ideológica alimentado por representações, formações imaginárias, mecanismo de antecipação, que apontam para o sujeito um lugar discursivo como se fosse o mais evidente, natural e óbvio. Sobre isso, Orlandi (1997, p.100) afirma que:

É isto, aliás, a ideologia para o analista de discurso: estando os sujeitos condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas, daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro.

O conceito de ideologia, cunhado por Pêcheux (1969), no início da fundação da Análise do Discurso, costura uma articulação entre sujeito, história, memória, visto que os sentidos legitimados por uma determinada classe, defensora do poder político e do saber, são cristalizados como o poder, o saber e o dizer mais confiáveis para todos igualmente, passando a circular como se fossem a mais pura e fiel representação da realidade. Repetidos, eles fixam-se como regiões já legitimadas da memória a serem apenas ditas e mantidas em movimentos parafrásticos de repetição (ORLANDI, 2003). Vale pontuar que tais regiões naturalizadas não são neutras, posto que derivam de interesses de classes e são inscritas em/por uma ordem econômica, política e social, que busca a conservação de certos privilégios e o apagamento dos efeitos que tentam subverter ou alterar a ordem estabelecida. Enunciar sobre essas questões é, pois, tocar de perto regiões de poder e o imaginário que o circula, visto que o efeito de sustentação e permanência da memória tem relação com o político. Há, de maneira recorrente, a insistência e a repetição de sentidos dominantes, ideologicamente naturalizados e sintonizados com os interesses de uma classe, a saber, a classe detentora dos meios de produção, da terra, das corporações de mídia e do capital.

No caso deste trabalho, ao rever a história brasileira, é possível verificar a persistência do latifúndio e a questão da posse da terra no cerne de inúmeros conflitos sociais e no bojo de vários movimentos de resistência e de reivindicação (ROMÃO, 2002), o que indicia a existência de sentidos dominantes sobre quem pode ter direito à terra e a quem ela é sistematicamente negada. Tal movimentação de sentidos coloca em confronto posições e representações imaginárias que os sujeitos atribuem a si e ao outro em um embate tenso (ROMÃO e PACÍFICO, 2005), desenhando um conflito nuançado por já-ditos e determinado pela conjuntura sócio-histórica marcada por lugares discursivos autorizados ou proibidos aos sujeitos. Com base nesse aporte teórico, que compreende os atos de linguagem e sua exterioridade, pretendo analisar trechos da novela pecuária “Fazenda Modelo” de Chico Buarque de Hollanda, que, publicada em 1974, foi escrita durante os anos em

que a censura melhor sacrificava as suas presas (presos) e teve o crivo do olhar dos censores antes de ser autorizada à publicação. Na época, a política de silêncio (ORLANDI, 1997) interditava que certas histórias fossem contadas, que certos sentidos circulassem sob pena de prisão e tortura e também que certas críticas fossem enunciadas, especialmente aquelas que remetessem à posição de esquerda e/ou à colocação comunista. Nesse período, era comum denominar e criminalizar intelectuais e artistas ligados a universidades, movimentos de trabalhadores, sindicatos, partidos políticos de matriz marxista, no entanto, impossibilitado e impedido de dizer de uma forma, por força das condições materiais, o sujeito resiste e diz de outra forma, no caso por meio da metáfora e da alegoria. “Fazenda Modelo” é composta por bois, vacas e bezerros que agem como humanos, figurativizando tipos, formas de pensar e agir, relações, concepções sobre a vida local, profissões e sentidos sobre o país, a política e a economia daquela época, marcando que o que não podia ser dito às claras é discursivizado sob o efeito de uma alegoria, que pôde ser manifesta e lida, instalando a circulação de um lugar da resistência, por meio da sátira e crítica, “*ao modo torto de significar*” como afirma Orlandi (op.cit., p.103) .

“Engravidamos todas e nem sei se Abá teve dor de dente. Juvenal diz que o laboratório não falha. Digo eu que Aba não falha, o canailha.” (1974, p.40)¹

Colocar um filho na nova Fazenda é como dar à luz pela primeira vez. Recomenda que eu assente meus quatro estômagos com grande quantidade de alimentos sólidos, porque as papilas do meu rume requerem um fator de aspereza na ração, para o funcionamento adequado da bio-síntese. Deve consumir pelo amor do meu embrião, forragens artificiais (...) Por amor de meu filho, sigo as dietas e presto os exames periódicos, retenho o vômito e a saudade de Ab. É engolindo os problemas domésticos que vou, como todas as vacas ao cabeleireiro, à ginástica sueca, à massagem anti-celulite, à análise e ao tobogã. (op.cit., p.41)

Esses recortes instalam uma discursividade sobre a condição feminina dentro da Fazenda, marcada tão-somente pelo trabalho de reprodutora, pela condição de boa parteira, entregue à lida da gestação e, depois, da produção do leite. Zelosa nas tarefas domésticas, a vaca desfruta da compensação da estética e dos tratamentos para o seu bem-estar, diga-se de passagem, poucos tratamentos e não acessíveis

a todas as vacas. Presa ao contexto da cama, do curral, do pasto, ela é falada e representada apenas pela potência de seu órgão reprodutor e da produtividade de seus ubres, já que o leite dela alimenta bezerros e engorda a conta da produção leiteira e, conseqüentemente, a indústria láctea. Ainda que ela trabalhe com afinco e dedicação para aumentar e enriquecer o rebanho, é confinada sob o chicote dos touros e não tem como escolher ocupar outros espaços de representação, ou seja, está sempre fora de qualquer centro decisório de poder da Fazenda Modelo. Desse modo, a fêmea é deflagrada quando os bois querem, é ordenhada à revelia de sua vontade e inseminada artificialmente sem que o seu desejo de gravidez (ou não) seja levado em conta, ficando refém do poder de seu curral e alheia ao que acontece em outros pastos. Ela não se pronuncia sobre política e apenas reproduz o papel de vaca tal e qual reza a cartilha dos sentidos já naturalizados naquela estrutura de curral e pasto. Ao ocupar essa posição, ela é silenciada como agente político, como protagonista de inúmeras transformações nos anos 60/70, tampouco é falada como ser atuante que tem posições políticas sobre emancipação, pílula, aborto, sexualidade e método contraceptivo. Não é a mulher, afetada e constituída pela discursividade do político e do urbano que circula aqui, mas aquela que protagoniza uma novela pecuária e se constitui determinada e sob o jugo poder ruralista de touros e bois como se fossem naturais e evidentes apenas esses sentidos em relação à inserção do feminino na ordem social. Ao lado da imagem de vaca, outra representação bastante recorrente é a do boi, sempre ocupando posições de poder, ou seja, o lugar de mandante ou executor de atividades de prestígio ou que alardeiam a virilidade. A seguir, reproduzo alguns fragmentos para interpretá-los posteriormente:

Por meio de um documento que não cabe reproduzir aqui, porque muito extenso, e inosso, e repleto de vírgulas, como a maioria dos ofícios, que falam assim aos tropeções, por meio de um documento desses, incompreensível porque redundante, truculento, ficou nomeado Juvenal, o Bom Boi, conselheiro-mor da Fazenda Modelo. A ele todas as reses devem obediência e respeito, reconhecendo-o como seu legítimo chefe e magarefe.” (1974, p.19)

Como ainda não existe suserano sem vassalagem, Juvenal também dirigiu a palavra às classes menos favorecidas, as quais um dia haveriam de lucrar, em proporção indireta, com o desenvolvimen-

to integral e racional da Fazenda Modelo. Por enquanto pediam-lhes um pouco de paciência, pois Roma não se fez em um dia. E as riquezas da Fazenda, é mister concentrá-las antes de se pensar numa distribuição, senão atrapalha toda a contabilidade. E a situação em que essas reses se encontravam era fruto de seus erros atávicos acumulados através dos séculos: imprevidência, ignorância, inoperância, inobservância, inanição, aplausos. As classes menos qualificadas deveriam pois aguardar nos descampados para evitar a contaminação e a degeneração das demais raças. (op.cit, p. 24/ 25)

Aba aceitou colaborar com a experiência por se tratar de uma ótima oportunidade de investigar os meandros do poder, sabido que à cerimônia estariam presentes os mais soberanos escalões. (op.cit, p.56)

Em contraponto à condição feminina, a força e o poder masculinos fazem falar o lugar daquele que está autorizado a determinar mudanças no espaço público, a saber, o lugar do macho, boi, touro e homem. A figura emblemática, que normaliza a ordem, a regularização dos gestos, o mundo do trabalho e a força da reprodução da espécie, deriva do universo masculino. É curioso observar que, na narrativa, a vaca é apenas invólucro do sêmen, tendo o papel de peça funcional e necessária para a Fazenda continuar a se mostrar e confirmar a força de seu rebanho, da raça nobre e da hierarquia já construída. O representante da Fazenda Modelo, eleito e atuante na esfera política, no caso maquiado pelos adereços de vestimenta e do status do escritório luxuoso, faz falar as relações subterrâneas de cumplicidade e camaradagem entre os detentores da terra, o Legislativo e o Executivo. Mais do que isso, discursiviza uma memória discursiva (PÊCHEUX, 1999) sobre o fazer político no país, o qual poderia ser sintetizado na máxima: quem tem terra tem um prestígio que vai além das porteiras da sua propriedade e ramifica uma poderosa teia de poder. Essa capilaridade da memória é permanentemente atualizada nos/pelos atos de linguagem e, no caso de 1970, vale destacar que a relação entre a classe dominante, detentora de terras, e o governo militar foi de intimidade cúmplice. O capital nacional e o acesso a propriedades, concentrados em mãos de poucos, clamavam por se manter com a mesma saúde financeira e com mesma representação política que tinham até então; o perigo vermelho poderia virtualmente desarrumar essas peças no tabuleiro do poder, então, o golpe instalou-se como patrocina-

dor e legitimador de uma estratégia de defesa nacional diante de uma ameaça externa (comunismo internacional) e interna (os intelectuais, líderes sindicais, representantes do movimento estudantil, artistas etc), em nome da ordem, do progresso, da moral e dos bons princípios. Nesse contexto, *“a censura como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições.”* (ORLANDI, 1997, p.107).

De acordo com essa inscrição social, podemos marcar que vários dizeres, entremeados ao longo da narrativa de Buarque, colocam em movimento uma posição crítica, questionadora e desafiadora dessa ordem imposta, instalando, na matéria da língua, um lugar de resistência do/para o sujeito, que enuncia de uma posição contrária àquela que dava sustentação ao discurso militar (INDURSKY, 1997). Tal movimento de subversão dos sentidos dominantes é instalado nas seguintes passagens:

E tem mais: a indisciplina reinava, imperava o mal. Campeava as libertinagens. Elogiava-se a loucura. As hierarquias eram revertidas, a higiene, o recato. Um quadro nada modelar. Portanto já era tempo de impor a ordem à comunidade vacum. (1974, p.18)

E já começou o discurso elogiando o nosso brio, a nossa raça indígena, ou a nossa raça indefinida que é resultado do cruzamento de várias raças. E aquela estátua era uma singela homenagem ao boi trabalhador da Fazenda Modelo, vejam. ‘Esse instrumento dócil que nos deu a divina providência, oferecendo-nos as suas energias e faculdades, essa ferramenta maleável que segue instintivamente suportando, com uma paciência e submissão admirável, as fadigas e privações que lhe impomos.’ Meu povo, o trabalhador serviçal e triste, nada exigente, grande porém em sua tristeza e soberbo em sua humildade, disse Juvenal. Salve boi ordeiro, boi de presépio, boi mansidão. Boi dolência, salve boi caracu, cuja sobriedade está bem acentuada porque ordinariamente, com a pouca alimentação que recebe, trabalha fortemente desde manhã até de noite. Salve boi de correia, boi de obra, boi de indústria. Vivam os bois rudes, nos engenhos de bangüê, que movem as almanjarras que movem as atafonas que trituram a cana que dá a cachaça que move os rudes. Que acionam as almanjarras que movem as atafonas que torturam a cana que entorna a cachaça. Que move os rudes que movem as almanjarras que moem a cana que motiva os rudes a motorizar esta nação.” (op.cit., p.72/73)

“(...) e citou de cabeça o ditado popular: ‘Do boi só se perde o berro.’ Deu um tapinha no dorso da estátua acrescentando: ‘Por isso mesmo é que nesta profícua Fazenda’, sorriu, ‘ninguém mais berra’ (op.cit., p.74)

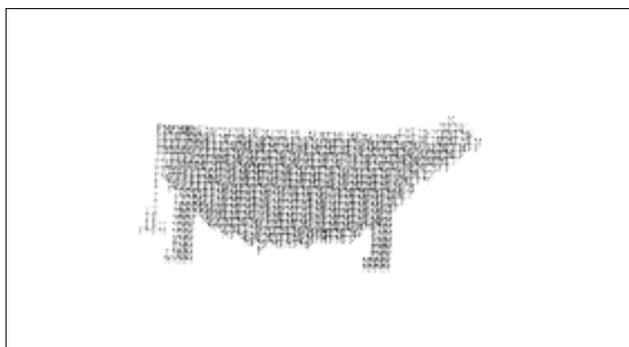
Sabendo-se que, na nova ordem da Fazenda, submissão é requisito indispensável a qualquer ascensão, o rancho está empenhado em exibir docilidade. (...) Hoje há bezerros tão dóceis que produzem uma carne flácida, inconsistente, meio gelatinosa, um novo tipo de carne que não encontra oferta no mercado nem procura nos açougues. Mas é confortável saber que ficou longe o tempo das veleidades, dos desgarres e desregramentos. (op.cit, p.95)

Há marcas implícitas de que a fiscalização, o controle e a normatização dos gestos, gostos e ações compõem uma rede ligada ao poder do Estado. Não se berra mais, posto que a capacidade de se indignar pode render a morte e ao extermínio do boi desafiante: temos aqui a inscrição do real da história no real da língua. A repressão, a tortura e a submissão do poder político/militar instalaram o lugar do medo, da voz roubada e da fragilidade de cada boi sozinho, rude e isolado diante do aparato militar eficaz e violento, assim sendo, impõe-se o silêncio, que gera uma ordem constituída pela força e obediência cega nos comandos do trabalho e da vida social. Até as carnes são dóceis e flácidas, o que figurativiza a falta de rebeldia, apatia e passividade até de certos novilhos, já afeitados à cordialidade das relações de poder na Fazenda. Tal interdição de gestos de contestação da ordem vigente é imposta pela “*intervenção de relações de força nas circunstâncias de enunciação: não se pode dizer aquilo que (se poderia dizer mas) foi proibido*” (ORLANDI, 1997, p.108). Até mesmo ao narrar o trabalho de um médico, carreira tida como conceituada na nossa ordem social, o sujeito subverte o imaginário socialmente constituído de que, nessa carreira, o mais importante é cuidar e salvar a vida humana, deslocando-a para outra região de sentidos, pois como aponta Orlandi (op.cit, p.115):

na reprodução, já há deslocamento, já há a não-reprodução: os sentidos reproduzidos em condições ‘particulares’, tal como a da censura, podem ser carregados de outros sentidos, de transformações, de outros sentidos possíveis mas não ditos.

O cirurgião Klaus, encarregado de descornar as bestas, era o mais eficiente. Além dos chifres, fazia questão de levar orelhas, beiços, unhas, dente por dente, diz ele que para comemorar a data. A quem protestasse amputava um pé. (1974, p.22)

Cortar os chifres indicia tirar do boi o seu mecanismo de defesa natural, arrancar dele o instrumento e ícone de sua rebeldia, tão necessário no momento de combate com outros bois. Transposta a metáfora para o contexto social, tirar orelhas, unhas, dentes e pés funciona como um implícito para que o sujeito fale das sessões de torturas de outro modo, pelo não-dito grávido de sentidos. Tal estratégia não é a única usada para calar e evitar que algum boi “protestasse”, há outras, menos doloridas e muito eficientes. O trabalho do ferreiro é um exemplo, ele tatua o logotipo da Fazenda, no lombo de bois e vacas, marcando-os como peças do mesmo rebanho, cabeças do mesmo aparelho, partes do mesmo todo, identificados por uma mesma marca de pertencimento - Fazenda Modelo (FM) -, de tal modo que, a certa altura da narrativa, aparece a seguinte imagem:



A partir dela, é possível inferir que há um movimento metafórico, em que a sigla da FM passa a se constituir a voz do animal, representando-o, substituindo-o, falando em lugar dele de sua própria identidade. O ícone do logo, que nomeia a submissão e o controle, dá origem à imagem do ser vivo, forma o contorno dele, identifica os animais-homens, que deixam de ter a sua voz própria e passam a se ver falados na/pela voz da Fazenda. Está impresso na pele mostra e inscreve quem é dono de quem: a FM toma para si e como seu o

rebanho. Nesse sentido, há aqui uma representação do poder centralizador e repressor do governo militar, visto que não se tem mais a possibilidade de gestos isolados de expressão, de leituras polissêmicas, de outras marcas impressas e tatuadas além de uma única, FM, autorizada a circular e imposta como única, pontuada a ferro quente.

Há, também, um movimento metonímico nessa imagem, pois a FM funciona imaginariamente como a condensação de uma parte do país que significa o todo, ou seja, a atividade pecuária é falada como se encerrasse todas as outras atividades econômicas existentes no país de então. Os fatos ocorridos ali, os personagens e a propriedade da terra não parecem estar restritos e discursivizados como mais um dentre vários campos de produção, mas indiciam que a pecuária representa tudo o que se produz no país, isto é, só ela merece ser discursivizada como mola propulsora do desenvolvimento. Impressos, documentados, fiscalizados na produtividade, identificados como massa sem identidade, codificados pelas iniciais da fazenda ao invés do seu próprio nome, tornados um amontoado animal a ser conduzido por um “conselheiro Juvenal”, os bois e vacas trabalham o tempo todo, focando apenas o objetivo de colocar a Fazenda na rota da exportação.

Vejam o nosso filho! Que não tenha coração fraco para as mulheres; que no trabalho seja útil a nação; que da nação seja um filho gentil(...) (1974, p.98)

Há espermatozóides irresponsáveis, individualistas ou organizados, espermatozóides agitadores, espermatozóides virosos, espermatozóides promíscuos e incestuosos, espermatozóides suspeitos, banidos, clandestinos, espermatozóides reincidentes, espermatozóides pululando, gerando um balde que o chulo conhece pelo nome de esporro generalizado. Dado que a civilização aspira à Paz e à Concórdia acima de tudo e de todos, eleja-se um único Espermatozóide que determine um caráter único, uma vontade única e o único caminho para o Homem na Nova Sociedadade. (Isto, francamente, já não se lembra se leu num livro ou concebeu sozinho.)” (op.cit., p.99)

(...) a evidência do progresso. Mas os joões-do-contrá andavam sumidos ou calados. A um deles cheguei a perguntar: ‘É ou não é a Fazenda Modelo em desenvolvimento?’ (op.cit., p.109)

Juvenal custou a convencê-las de que aquela abundância de leite não convinha às crianças, era artigo de exportação. Deixassem com ele que os filhotes já tinham a agenda tomada, o leite em pó e a cama feita no box apropriado. (...) E que era para o bem dos bezerros. E que era para o bem das mães. (op.cit, p.46)

Fantástica a produção de leite tipo A. Juvenal expando o quanto aquilo representava em divisas para a Fazenda. Que com o superavit do leite exportado poderíamos tranqüilamente importar manteigas, queijos e iogurte. (op.cit., p.50)

Na ocasião ventilou-se a insatisfação geral da clientela ante os maus resultados dos testes. Alguém chegou a insinuar que a imagem da Fazenda Modelo estava sendo denegrida no exterior. (op.cit., p.55)

Sob a orientação de ofícios e/ou posições de cumprimento das ordens oficiais e atos inconstitucionais, os bois e as vacas entregam seu corpo à Fazenda Modelo. O sêmen e o leite, secreções ligadas à vida, indiciam o imaginário de que a fazenda suga-lhes mais do que a sua força de trabalho, toma-lhes o substrato de fecundidade e ergue-se como um grande totem a sorver-lhes a vitalidade. Sobre isso, Zilberman (2004, p.368) afirma que a “*matéria-prima de primeira qualidade, o sêmen de Abá passa a ser cobiçado por potências estrangeiras, razão por que o Estado trata de explorar ao máximo a capacidade ejaculativa do fértil animal.*”.

Os objetivos dessa estratégia são falados, pelos representantes do poder, como se fossem nobres e vitais para a nação, como se deles não se pudesse fugir: modernizar, crescer, ampliar fronteiras, reproduzir, produzir em escala acelerada, atingir estatísticas nunca vistas, ainda que sacrificando bois e vacas anônimos, tatuados e marcados pela Fazenda até no couro. O ideal desenvolvimentista do período militar, o apelo à industrialização e a máxima de crescer vários anos em um são colocados em jogo pelo sujeito que os faz deslizar para uma outra região de sentidos, que não aquela já dada pelo poder constituído. De novo, esboça-se uma ruptura com o pré-construído sobre a modernidade do país e sua entrada como primo pobre no círculo das grandes potências econômicas. O Espermatozóide Export (o significante em inglês nos remete ao imperialismo norte-americano, velho conhecido dos povos latinos), o interesse em satisfazer um outro fora da

Fazenda e os olhos voltados para o mercado externo são desconstruídos pela sátira das ações descabidas dos dirigentes locais. Eles pautam seus atos em prol de algo que está fora do espaço de vida e luta do rebanho, mas que, mesmo estrangeiro, conduz os passos do centro decisório do poder e sinaliza caminhos e atalhos a serem tomados. Enfim, a exportação, por imposição de bois poderosos, orienta a vida de todos: os que se produzem, os que somente comportam-se como mão-de-obra braçal e bovinamente contida, os que não desejam trabalhar daquele modo, os que são forçados ao silêncio, os que nem sequer sabem que têm direito em dizer. Por ofício, que é o documento oficial que, na ordem jurídica, institucionaliza recado, decisão, mudança, comunicação, uma nova medida é anunciada ao rebanho. A discursividade do poder se legitima também marcada pela ordem da escrita, como o fragmento abaixo marca.

Por meio de um ofício bastante complicado, como que encabulado, cheio de acidentes gramaticais, acentos agudo, crases ameaçadoras, reticências, parênteses e/ou hífen, aspas, e mais vírgulas, sempre separando o sujeito e verbo, como se aquele sujeito, não fizesse questão de assumir seu verbo, e, através de um ato desses, que eu não gostaria de incluir aqui, mesmo porque está dando praia, e eu não tenho nada com isso, isso é novela, é só bestiário, então Juvenal mandou liquidar o gado restante, ele compreendido, decretando o fim da experiência pecuária, na Fazenda Modelo, e destinando seus pastos, a partir deste momento histórico, à plantação de soja tão-somente, porque resulta mais barato, mais tratável e contém mais proteína. (1974, p.129)

Diante de doenças e mortes de vacas leiteiras – febre e mastite – há a formulação de que a pecuária será substituída pela soja, ou seja, o modelo da Fazenda ficou velho e não serve mais para as demandas e urgências do mercado internacional. A ordem é iniciar um novo ciclo econômico, enterrando as vacas e bois da Fazenda Modelo e significando-os em/por outro lugar, ou seja, lançando uma outra produção agrícola. Esse movimento de substituição de uma atividade por outra, que fecha a referida novela, indicia o que vemos no país hoje, como se fosse possível, nos anos 70, antever e anunciar as cenas dos próximos capítulos de outra novela, nova, mas nem tanto. Inscreve-se aqui a historicidade “*na própria textualidade, historicidade que faz com que os sentidos valham para toda a sociedade*” (Orlandi, 1997, p.116). Embora o leite da vaca seja transmutado em leite de soja, a

logística e os interesses da Fazenda Modelo permanecem inalterados, posto que inscrevem um modo de satisfazer e saciar o estrangeiro, que historicamente sempre nos colocou na posição de produtores de matéria-prima, doadores do sangue das nossas riquezas naturais e entregadores da nossa mão-de-obra a preço baixo. Assim, nesse movimento, fica mantido o cerne do enredo de muitas novelas, das quais Fazenda Modelo é uma. Mudam-se algumas falas de personagens e cenários, no entanto ainda se inscrevem discursivamente tramas e conflitos derivados de embates e contradições materiais de outros sujeitos e sentidos. Sobre isso, Zilberman (2004, p. 364) afirma:

A associação entre o boi e a submissão não é nova; também não é original a concepção de que o país – ou a sua parte mais evidente – pode ser entendido desde a comparação com uma fazenda, estância ou lavoura. Economicamente, o Brasil dependeu, da colônia até a metade do século XX, da exploração de produtos agrícolas – cana-de-açúcar, durante a dominação metropolitana; café, durante o Império e a Primeira República – para não se falar na importância da pecuária no Sul e no Nordeste. Além disso, não foram poucos os movimentos artísticos que valorizaram a natureza brasileira, com ênfase na fertilidade e abundância, processo que desembocou nos diferentes regionalismos, destinados, também eles a discutirem qualidades e defeitos seja da geografia nacional, seja de sua sociedade, sintetizada no funcionamento da grande propriedade rural, o latifúndio que divide ricos e pobres, exploradores e explorados, dominantes e dominados.

O discurso da *Fazenda Modelo* de outrora, sustentado pelo interdiscurso, ainda hoje faz falar, pela força da repetição, as formulações do agronegócio, pontuando que os interesses pelo poder, saber e dizer são atualizados ao sabor da ideologia e da historicidade.

Se se tomar a expressão Fazenda Modelo como efeito de literalidade, como se as palavras estivessem em estado de dicionário, seria possível significá-las como fazenda com exemplar aproveitamento do solo ou da prática pecuária, marcada por avanços tecnológicos de ponta, enfim, como padrão indicador de potência produtora, avançada e moderna. Mais ainda, com todos os atributos apresentados acima, estaria posto e legitimado que a Fazenda Modelo e esse modelo de Fazenda encerrariam um exemplo a ser seguido e copiado, quiçá seriam a matriz perfeita de uma xilografia a se reproduzir em inúmeras cópias, sempre iguais. Mas, como não são estes os sentidos instalados pelo discurso da narrativa Fazenda Modelo, postulo aqui um conceito

importante para a Análise do Discurso: as palavras não guardam significado prévio, visto que elas são produto da história e da ideologia, determinadas por contexto sociais e políticos específicos. (ORLANDI, 2003).

Assim, vale ressaltar que existe um movimento de tensão permanente entre a memória e a sua atualização, que ressignifica o uso social dos significantes em formulações sempre outras. No caso da novela pecuária, já interpretada, observamos um deslizamento dos sentidos usualmente atribuídos ao termo Fazenda Modelo, desfocando-os do seu colorido otimista. Ainda que exista uma insistência em apontar a produtividade, a pecuária leiteira, a inseminação artificial como pontos de avanço tecnológico, o sujeito marcou como essa estratégia encobre a política da censura, a repressão militar e a condição bovina a que a população era destinada, entregue à ação de um outro, que sistematicamente roubava-lhe o tempo, o corpo, os movimentos, a atenção e a voz. Essa atualização de sentidos deriva de condições materiais, definidas pelo embate entre os que detinham o poder (aparato militar e jurídico) e aqueles que instalam questionamentos e desobediência em torno da ordem imposta. Acredito que compreender a historicidade, a ideologia e as condições de produção, em funcionamento no discurso, possibilita uma leitura menos ingênua dos atos de linguagem e coloca o leitor em uma posição privilegiada de escuta dos indícios e vestígios dos movimentos do sujeito e dos sentidos para interpretá-los. Assim, buscando um diálogo com a posição instalada pela narrativa de Chico Buarque, reproduzo a seguir o cartum de Angeli, publicado no jornal Folha de S.Paulo no dia 24 de novembro de 2004, cujo título é Fazenda Modelo e que faz funcionar outros sentidos sobre a questão.



É certo que a nomeação *Fazenda Modelo* guarda a memória da inscrição de seu uso social mais freqüente e naturalizado, derivado da classe dominante que apresenta estatísticas, cifras e índices de alta produtividade, como se eles fossem os únicos capazes de discursivizar a pecuária e a lavoura de uma grande propriedade rural. No cartum, tal referência à alta produtividade pode ser observada pela extensão de terra, que se perde nos confins do horizonte, engolfando reservas naturais, árvores etc. As valas ou canteiros estão enfileirados com absoluta precisão, o que faz falar a ação de máquinas e tecnologias eficazes para cavar a terra e prepará-la para o plantio e, de novo, indicia um latifúndio “de ponta”. Também as armas e as balas figurativizam o acesso ao mundo avançado da indústria bélica, sinal de que a espingarda antiga foi aposentada há tempos e as novas tecnologias para matar entraram em cena.

Embora existam sinais de “avanços” dessa Fazenda Modelo, o traço visual mais chocante da imagem diz respeito às sementes utilizadas na época do plantio: ossos humanos. As caveiras fragmentadas são atiradas do cheio embornal do trabalhador como a promover uma sinistra semeadura; aqui não apenas o leite e o sêmen servem para alimentar a logística e a engenharia de poder dos grandes proprietários rurais, mas a própria vida de humanos cumpre tal função. Todo o corpo humano é morto, quebrado, desmontado e, ainda que inerte, continua a alimentar a Fazenda Modelo, que o suga até depois de morto, nos ossos, em quantidade imensa. O modelo de agricultura de grande extensão é falado com aquele que, desumanizado e criminoso, não apresenta limites éticos para o seu crescimento, rompe a fronteira da vida e usa o ser humano a qualquer custo. Na leitura do recurso não-verbal, chama a atenção o fato de que os ossos não são enterrados, mas continuam a render dividendos e prestígio ao dono da terra, assim, servindo de semente ou adubo. Afinal, ser enterrado reclama que o corpo tome parte de um pedaço do chão, ocupe a terra e, assim, seja guardado no ventre dela, tornando-se a garantia de uma posse, ainda que depois da vida. Nesse caso, o sujeito discursiviza que nem mesmo ser enterrado é possível na referida fazenda, construindo discursivamente um cenário que é tão-somente espaço de extermínio.

Os sentidos instalados pelos pré-construídos sobre a nomeação Fazenda Modelo estão funcionando de modo a destacar, sim, a produtividade do local e chamar a atenção para a alta tecnologia ali aplica-

da. Mas, ao mesmo tempo em que esses sentidos permanecem em funcionamento, outros emergem, determinados pelas condições de produção do massacre de Felizburgo (MG). Na fazenda Nova Alegria, quinze pistoleiros encarapuçados assassinaram cinco sem-terra e deixaram mais de vinte pessoas feridas, entre elas, crianças. O ato criminoso também contou com a ação de atear fogo nos barracos de lona preta, somando mais de cem famílias desabrigadas, em um acampamento, cujo nome era Terra Prometida. Os nomes próprios da cidade, da fazenda e do acampamento significam os seus sentidos usuais ao contrário, posto que, de feliz, de nova alegria e de terra prometida, pouco ou nada se tem diante do fato concreto, ou seja, os atributos positivos e os sentidos de vitória significam às avessas. Dias após o massacre, ficou comprovado que o responsável, mandante e executor da chacina era um fazendeiro renomado da região, o que indica a historicidade de novo inscrita na textualidade não-verbal.

Ao ser publicado nesse contexto, o cartum faz circular uma crítica contundente aos sentidos dominantes sobre o que seria uma Fazenda Modelo; discursiviza a denúncia de que grandes propriedades expandem-se à custa do sacrifício e imolação da vida humana e, por fim, coloca os agricultores e seus capangas como aqueles que alimentam o ciclo mórbido de execuções de homens, mulheres e crianças, implicitamente trabalhadores rurais sem-terra e agentes dos movimentos sociais do campo. A Fazenda é modelo não somente pela sua alta produtividade agrícola, mas porque o faz em relação ao crime, sendo narrada pela prática delineadora de extermínio e bandidagem, pela produção centrada na intolerância diante das reivindicações do outro sem-terra e pela ruptura da lei, que garante o direito à vida para todo brasileiro. É preciso dizer que Felizburgo não é um caso isolado, mas integra uma cadeia de assassinatos de sem-terra, líderes sindicais, representantes religiosos etc. Só a título de exemplificação, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 1379 dessas mortes entre 1985 e 2004 e apurou os números da impunidade: somente 75 casos foram julgados, sendo que apenas 15 mandantes e 64 executores foram condenados.

As análises apresentadas confirmam alguns postulados caros à Análise do Discurso, a saber, que todo dizer se apóia em uma superfície de já-ditos e pré-construídos que podem ser repetidos, repetidos até se tornarem outros; que as condições materiais de produção deter-

minam os atos de linguagem, promovendo retorno e rupturas de sentidos; que a ideologia naturaliza sentidos para o sujeito a partir da posição que ele ocupa em relação ao poder, saber e dizer. As discursividades instaladas pelas duas fazendas fazem falar um confronto de regiões de poder e de imaginários de poder, que atravessa a própria história do país. De um lado, a potência produtiva da agricultura e pecuária concentrada nas mãos de alguns, a tagarelice em torno de índices e recordes de produção do latifúndio, o apego à exportação de sêmen ou soja, a urgência de que a ordem hierárquica dos poderes seja mantida à força, salvaguardando, com pulso forte, a propriedade e afastando da fazenda Brasil a “bagunça, desordem ou baderna”.

Tais efeitos são atravessados por outros, que materializam posições de discordância, crítica e denúncia, pontuando a existência da repressão, violência e massacre; marcando que existe um controle e uma tentativa do total apagamento da voz dos sujeitos que não concordam com tal “progresso”. Também indicia a fragilidade estrutural que a potente Fazenda Modelo tenta esconder, qual seja, a desigual repartição de bens, acessos e poderes. Por meio do uso de um sofisticado aparato político e belicoso de estado e de propriedade privada, configura-se o desenho de uma força exterminadora de outras práticas agrícolas, de outros pensares e de sentidos diferentes daqueles determinados pelas Fazendas Modelo. Ao tomar as referidas discursividades e observar o funcionamento da memória, ideologia e historicidade, retorno ao verso de Barros: “*repetir, repetir, até ficar diferente*”. O gesto de inscrever (-se) como sujeito só é possível preso à teia do repetível, mas, em estando nos fios do já-dado, há brechas para alterar, resistir, subverter e reinstalar o jogo dos sentidos, de onde emerge o outro. Entre repetir e ficar diferente, o discurso faz circular tensão e permanente movimento.

ABSTRACT

The present work intends to throw light to the discussion on the memory, the ideology and the historicity, that produce sliding and ruptures of dominant senses, they also install a discursive operation always other, to the flavor of the production conditions. Leaning in the referencial of the Analysis of the Speech of French head office, I have for interest to observe in which way the nomination "Fazenda Modelo" was renamed in two works, to know, the cattle soap opera of Chico Buarque from Holland, published in 1974 with Fazenda Model's name, and the cartoon of Angeli, published in the newspaper Folha de S.Paulo in 24/11/2004 with the same title. Postulating the non transparency and no neutrality of the language actions, I demonstrate a reading gesture and interpretation, which it put in movement the political game of the power, of the knowledge and of the saying.

KEY WORDS: memory, ideology, historicity, discursive, production conditions

REFERÊNCIAS

- BUARQUE, C. Fazenda Modelo. São Paulo, SP: Círculo do Livro, 1975.
- INDURSKY, F. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, E. A linguagem e seu funcionamento as formas do discurso. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1996.
- _____. Análise de Discurso princípios e procedimentos. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.
- _____. As formas do silêncio no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. O discurso estrutura ou acontecimento. (trad. Eni Orlandi) Campinas, SP: Pontes Editores, 1990.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio (trad. Eni Orlandi et ali). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1969.

_____. Papel da memória. In: P. Achard (Org.). Papel da memória. (Tradução de José Horta Nunes). Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

ROMÃO, L. M. S. O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, SP, 2002.

ROMÃO, L. M. S. & PACÍFICO, S. M.R. De ferida a cicatriz: a persistência do trabalho escravo no mundo dos agronegócios. São Paulo, SP: Revista Alfa, 49 (1), pp. 185-198, 2005.

ZILBERMAN, R. Não é conversa mole pra boi dormir. IN: Chico Buarque do Brasil, Rinaldo de Fernandes (org). Rio de Janeiro, RJ: Editora Garamond, Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

NOTA

¹ Negrítos meus que recortam o corpus lingüístico e dialogam com a análise.